



MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

2019/01/24

ATA NÚMERO 36/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 24 DE JANEIRO DE 2019

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, salão Nobre das reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e Ana Maria Silva Xavier Guerra, teve lugar a trigésima sexta reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

A **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** não estava presente no início da reunião, tendo chegado no momento em que se indica.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número trinta e cinco da reunião desta Câmara Municipal de dez, de janeiro corrente, a qual foi aprovada por unanimidade sem alterações.

Passou-se de seguida ao

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** informou que ontem esteve presente, em representação do Município, na reunião do Conselho Escolar do Agrupamento de Escolas de Tarouca, onde voltou a ser falada a questão do aquecimento da escola, tendo solicitado ao Senhor Presidente da Câmara um esclarecimento sobre o assunto.

A **Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra** solicitou a colocação de três luminárias no arruamento que liga Esporões ao lugar de Outeiro da Forca, em Tarouca. Nesta altura da reunião, chegou a **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira**.

O **Senhor Presidente da Câmara**, em resposta, informou o seguinte:

1º Vai mandar os serviços tratar da colocação das luminárias;
2º Quanto ao aquecimento da Escola C+S, soube que os alunos sentiam frio, visitou as instalações e percebeu que faltava ali alguma coordenação, pois é ligado um pouco tarde. Falou com o Senhor Diretor do Agrupamento, que lhe enviou um ofício informando que a Escola não tinha verba para ligar mais cedo o aquecimento.

Após isso, comunicou ao Senhor Diretor que o Município de Tarouca pagaria o enchimento de um depósito de gás, não tendo recebido resposta.

A propósito deste assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou que os serviços técnicos elaboraram um orçamento para retirada e substituição da cobertura de amianto dos edifícios da Escola C+S e outro para remodelação do sistema de aquecimento, este último no valor de cerca de quinhentos mil euros, os quais foram enviados à DGESTE, que até esta data nada disse.

Continuou dizendo que no próximo dia sete de fevereiro tem agendada uma reunião com o Senhor Delegado da DGESTE, onde pretende abordar novamente estes assuntos, que são urgentes, mas que a autarquia não tem meios financeiros para resolver sozinha.

Concluiu informando dos resultados da reunião dará conhecimento do Executivo.

Terminadas as intervenções, passou-se de imediato à discussão da seguinte

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - Aceitação da transferência de novas competências para os órgãos municipais, ao abrigo dos diplomas setoriais que concretizam o respetivo quadro de transferência, aprovado pela lei nº 50/2018, de 16.08 - Proposta

PONTO 2 - Acordo de regularização de dívida pela prestação de serviços de abastecimento de águas residuais a celebrar com a sociedade "Águas do Norte, SA", nos termos do Dec. Lei nº 5/2019, de 14.01

PONTO 3 - Constituição da Associação de Municípios de fins específicos denominada "Águas do Douro Sul - Associação de Municípios" - pedido de autorização à Assembleia Municipal

PONTO 4 - Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - informação referente ao período de 28.11.2018 a 22.01.2019

PONTO 5 - Compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2018 - declaração

PONTO 6 - Recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2018 - declaração

PONTO 7 - Pagamentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2018 - declaração

PONTO 8 - Tânia Catarina Cerdeira Santos, arrendatária da cave dta. do bloco 9, do Bairro 5 de Outubro de Tarouca - manifestação de interesse na compra - proposta

PONTO 9 - Contrato de comodato entre o Município de Tarouca e o Agrupamento 1006 de Tarouca do Corpo Nacional de Escutas - proposta

PONTO 10 - - Reciclar, no âmbito da campanha "Geração Depositário" bens móveis por incapacidade do bem - proposta

PONTO 11 - Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no concelho de Tarouca - projeto e orçamento - proposta

PONTO 12 - Instalação de uma unidade industrial de engarrafamento de água mineral natural - Processo: 137/18 - Requerente: WR-WATER RESOURCES, LDA - Local: Lugar da

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019/01/24

Saissa - VÁRZEA DA SERRA - pedido de reconhecimento de interesse público municipal

PONTO 13 - 1ª Revisão ao Orçamento da receita e da despesa e às Grandes Opções do Plano para 2019 - proposta

PONTO 14 - Resumo diário da tesouraria

PONTO 1 - ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE NOVAS COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, AO ABRIGO DOS DIPLOMAS SETORIAIS QUE CONCRETIZAM O RESPECTIVO QUADRO DE TRANSFERÊNCIA, APROVADO PELA LEI Nº 50/2018, DE 16.08 - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE NOVAS COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, AO ABRIGO DOS DIPLOMAS SETORIAIS QUE CONCRETIZAM O RESPECTIVO QUADRO DE TRANSFERÊNCIA, APROVADO PELA LEI Nº 50/2018, DE 16.08

PROPOSTA

A Lei nº 50/2018, de 16.08, estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

A transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial, relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado (nº1 do artigo 4º).

Em 27 e 29 de novembro de 2018, foram publicados 9 diplomas que concretizam a referida transferência de competências para os órgãos municipais, estipulando, relativamente ao ano 2019, que os municípios que não pretendam a transferência das mesmas comuniquem esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, no prazo de 60 dias após a sua entrada em vigor.

A DGAL elaborou e remeteu-nos o mapa com os prazos de comunicação das referidas decisões (ver em anexo).

Os prazos de comunicação terminam entre os dias 31.01.2019 e 02.02.2019.

Esta matéria tem vindo a ser objeto de discussão na CIMDouro e com os Senhores Presidentes de Junta.

Assim, **proponho** a V.Exa que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, **delibere propor à Assembleia Municipal**, que no uso da competência prevista na alínea j) do nº2 do artigo 25º e no uso da faculdade prevista no nº2 do artigo 13º; nº2 do artigo 9º, nº2 do artigo 8º, nº2 do artigo 10º, nº2 do artigo 6º e nº2 do artigo 21º, nº2 do artigo 17º, nº2 do artigo 16º e nº2 do

artigo 12º, respetivamente, dos diplomas a seguir indicados, **aceite a transferência para os órgãos municipais das seguintes competências:**

- a) Gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado, prevista no Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27.11;
 - b) No domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27.11;
 - c) No domínio das vias de comunicação, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28.11;
 - d) No domínio da justiça, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29.11;
 - e) Apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29.11;
 - f) No domínio da instalação e gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão; Instituição e Gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e aos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes, cujo quadro de transferência de competências é concretizado no Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29.11
 - g) No domínio da habitação, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29.11;
 - h) No domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29.11; e
 - i) No domínio do estacionamento público, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29.11.
- Paços do Município, 22.01.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Câmara, sobre as competências a transferir, pronunciou-se dizendo o seguinte:

- Praias fluviais: este município já está a efetuar a manutenção das praias fluviais de Mondim da Beira e de Ucanha, não recebendo qualquer verba para esse efeito, pelo que com a aceitação da transferência de competências poderá até existir um reforço financeiro;
- Jogos de fortuna e azar: é um serviço que fica mais próximo dos cidadãos e concorda com a transferência.
- Promoção turística: a parte que compete ao Município já está a ser feita; quanto à CIMDouro, está dependente da deliberação dos órgãos municipais;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019/01/24

- Vias de comunicação: a EN 226, no troço entre Rossas e Granja Nova é seguramente a que mais suscita dúvidas, mas está salvaguardado o interesse da Câmara, uma vez que a transferência das estradas depende da elaboração de um auto, onde seja indicado o valor das melhorias que é necessário, sobre o qual o executivo terá que se pronunciar. A transferência só se concretizará se houver mútuo acordo.

- Justiça: o Município de Tarouca já é responsável por todas as despesas de instalação e funcionamento do Julgado de Paz, incluindo recursos humanos (com exceção da remuneração do Senhor Juiz de Paz) e infraestruturas, não recebendo nenhuma contrapartida financeira. A transferência poderá trazer alguma contrapartida.

- Bombeiros: as competências a transferir estão na prática a ser, em grande parte, asseguradas pelo Município há muitos anos; por outro lado, se forem executadas obras no quartel ou um quartel novo passará a ser a Câmara Municipal. Concluiu dando a palavra aos Senhores Vereadores para se pronunciarem.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias perguntou se são conhecidas as contrapartidas financeiras da transferência.

O Senhor Presidente da Câmara disse que está prevista no Orçamento de Estado uma verba de cento e sessenta milhões de euros para todo o País.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo disse o seguinte:

"Fomos acompanhando este assunto, e fiz a minha avaliação.

O que eu entendo é que a legislação apresenta com um conjunto de pontos fortes e de pontos fracos.

Pontos fortes: 1º A Autarquia faz melhor isto;

2º Se todos nós defendemos a descentralização e a regionalização, é preciso começar por algum lado;

3º Os sessenta dias, isto é o Estado vai dizer-nos qual é o envelope financeiro e nós teremos mais sessenta dias para nos pronunciarmos sobre o mesmo;

4º Grande parte das compras que eram feitas em Lisboa passam a ser feitas localmente e a proximidade vai gerar mais eficiência, mais economia e mais postos de trabalho.

Pontos fracos: 1º Na minha visão, não se encontra definido o envelope financeiro à cabeça, por isso, não sabemos quanto é que vamos receber;

2º Esta legislação é parca. Trata os Municípios como simples "tarefeiros", é a manutenção, a reparação, mas em nenhum momento passa para os Municípios competências relevantes.

Por exemplo, na área da saúde o Município não tem competências para contratar pessoal médico. Pessoalmente, digo que em todas as áreas isso era possível. Bastava que

existisse uma plataforma de recrutamento a nível nacional, sem intervenção dos Municípios. Por isso, acaba por ser um risco, um cheque em branco que passamos ao Estado, que sendo uma pessoa de bem temos de confiar.

Nenhum de nós tem outra forma de decidir sem ser o voto favorável.

Em dois mil e nove, quando passaram as competências da educação, era uma opção. Agora não. A partir de dois mil e vinte e um é obrigatório. Podemos é começar já ou não. Sendo assim, quanto mais rápido avançarmos melhor para respondermos às nossas populações. Até porque nós já estamos a fazer isto. Sendo assim que o façamos com a competência que é determinada por lei."

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse o seguinte:

"De facto, após ter lido os documentos enviados e já anteriormente a lei geral, se não é agora é mais à frente. Julgo que temos que olhar a transferência de competências como um desafio. Embora não seja nada de novo porque uma autarquia que se preze já resolvia a maioria destes problemas.

Vai aproximar as pessoas de quem efetivamente resolve. Por isso que seja feito como sendo uma sua responsabilidade e não estarmos às vezes a trabalhar no "terreno do vizinho", que nem sempre agradecia.

É um começo, e se as Autarquias se mostrarem empenhadas nestas novas competências, outras virão.

Também me preocupa a componente financeira. No entanto, temos prazo para avaliar e poderemos mais à frente analisar. Voto a favor."

A Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra manifestou-se a favor, fazendo suas as palavras do Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias.

O Senhor Presidente da Câmara disse ainda o seguinte:

"Nós vamos ter tempo para nos adaptarmos. Tem que haver um começo. Depende de como encaramos as coisas. Estamos aqui para fazer o melhor pelo nosso Concelho. Nós já conhecemos isto de cor e salteado, por isso, estamos à vontade."

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, aprovar a presente proposta e com fundamento na mesma propor à Assembleia Municipal, que no uso da competência prevista na alínea j) do nº2 do artigo 25º e no uso da faculdade prevista nos: nº2 do artigo 13º; nº2 do artigo 9º, nº2 do artigo 8º, nº2 do artigo 10º, nº2 do artigo 6º e nº2 do artigo 21º, nº2 do artigo 17º, nº2 do artigo 16º e nº2 do artigo 12º, respetivamente, dos diplomas a seguir indicados, aceite a transferência para os órgãos municipais das seguintes competências:

a) Gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado, prevista no Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27.11;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019/01/24

- b) No domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27.11;
- c) No domínio das vias de comunicação, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28.11;
- d) No domínio da justiça, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29.11;
- e) Apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29.11;
- f) No domínio da instalação e gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão; Instituição e Gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e aos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes, cujo quadro de transferência de competências é concretizado no Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29.11
- g) No domínio da habitação, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29.11;
- h) No domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29.11; e
- i) No domínio do estacionamento público, cujo quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é concretizado no Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29.11.
- Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2 - ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DIVIDA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS A CELEBRAR COM A SOCIEDADE "ÁGUAS DO NORTE, SA", NOS TERMOS DO DEC. LEI Nº 5/2019, DE 14.01

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS A CELEBRAR COM A SOCIEDADE "ÁGUAS DO NORTE, SA", NOS TERMOS DO DECRETO-LEI Nº 5/2019, DE 14.01

PROPOSTA

Considerando que:

- a) A sociedade "Águas do Norte, S.A." é a entidade gestora do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, constituída pelo Decreto-Lei 93/2015, de 29.05, tendo sucedido nos direitos e

obrigações da sociedade extinta "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA", entre outras;

b) O Município de Tarouca celebrou com as referidas entidades um contrato de fornecimento de água e de recolha de efluentes;

c) Até esta data ainda não foi possível esta Câmara Municipal pagar importante volume da faturação referente à prestação dos serviços referidos na alínea anterior, situação que é comum a muitos municípios;

d) Atenta esta realidade e tendo em conta os constrangimentos daí decorrentes, nomeadamente, o prejuízo que daí resulta para a sustentabilidade económico-financeira e a execução do plano de investimentos das entidades gestoras dos referidos sistemas multimunicipais, a Lei do Orçamento do Estado para 2019 (Lei n° 71/2018, de 31.12) prevê no artigo 90° a possibilidade de serem celebrados acordos de regularização das dívidas das autarquias locais, pelo prazo máximo de 25 anos;

e) O Governo aprovou o Decreto-Lei n° 5/2019, de 14.01 (cuja publicação se aguardava desde o início de 2018), o qual entrou em vigor no dia 15.01.2019 e estabelece os procedimentos necessários à regularização das dívidas das autarquias locais no âmbito do setor da água e do saneamento de águas residuais;

f) "A estratégia delineada pelo Governo passa, por um lado, por promover uma solução estruturada para as dívidas aos sistemas multimunicipais de águas e saneamento de águas residuais já vencidas e, por outro, por estabelecer mecanismos que assegurem a fiabilidade e a previsibilidade das cobranças dos serviços concessionados.

Este regime jurídico encontra-se previsto na lei orçamental e assenta fundamentalmente (i) no alargamento do período de pagamentos até 25 anos dos acordos de regularização das dívidas vencidas e reconhecidas das autarquias locais, serviços municipalizados e serviços intermunicipalizados e empresas municipais e intermunicipais às entidades gestoras de sistemas multimunicipais ou de outros sistemas de titularidade estatal de abastecimento de água ou saneamento de águas residuais ou entidades gestoras de parcerias entre o Estado e as autarquias locais e (ii) na possibilidade de cessão desses créditos a terceiros."¹

g) Foram encetados contactos com a sociedade "Águas do Norte, S.A.", verificando-se a existência de interesse mútuo na celebração de um acordo de regularização de dívida no âmbito do citado diploma,

Proponho a V.Exas que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, delibere solicitar à Assembleia Municipal:

¹ In preâmbulo do Decreto-Lei n° 5/2019, de 14.01

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019/01/24

1º autorização, no uso da competência prevista na alínea f) do n°1 do artigo 25º do referido diploma e ao abrigo do disposto no artigo 49º, n°s 1 e 2 da Lei n° 73/2013, de 3.09 e dos artigos 3º e seguintes do Decreto-Lei n° 5/2019, de 14.01, , para celebrar com a sociedade "Águas do Norte, SA", com sede em Vila Real, um acordo de regularização de dívida, pelo prazo de 25 anos, até ao montante de € 1.741.921,19(um milhão e setecentos e quarenta e um mil e novecentos e vinte e um euros e dezanove cêntimos), a que acresce a importância de € 28 563, 51 (que corresponde a 70% dos juros de mora das faturas) e € 4 533,29 (juros que decorrem desde 01.01.2019 até à celebração do acordo), à taxa de juro , nas datas de pagamento de juros que ocorram no ano 2018, correspondente à rentabilidade média diária, no ano de 2017, das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 (dez) anos, acrescida de 1,5 % (um ponto cinco por cento). Nas datas de pagamentos de juros subsequentes, os Juros Comerciais serão contados diariamente e calculados com base na aplicação de uma taxa de juro, correspondente à rentabilidade média diária, nos 12 (doze) meses anteriores, das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 (dez) anos, acrescida de 1,5 % (um ponto cinco por cento), sendo a referida taxa suscetível de revisão nos termos da Cláusula 4.4. da minuta do acordo, e nas demais condições constantes do mesmo;

2º aprovação da minuta do acordo a celebrar e dos respetivos planos de pagamentos, a 25 e 5 anos.

Documentos anexos à presente proposta:

1. Decreto-Lei n°5/2019, de 14.01;
 2. Minuta do acordo de regularização de dívida;
 3. Anexo I ao acordo (relação das faturas/notas de débito, objeto do acordo);
 4. Anexo II ao acordo (plano de pagamentos a 25 anos);
 5. Anexo IV (plano de pagamentos a 5 anos);
 6. Informação da DAF sobre as normas legais não aplicáveis à celebração do presente acordo;
 7. Informação sobre a rentabilidade média das Obrigações do Tesouro; e
 8. Informação da Divisão Administrativa e Financeira de conferência das faturas objeto do acordo.
- Paços do Município, 22.01.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou o seguinte:

"Este assunto já foi falado em reunião anterior do Executivo e na Assembleia Municipal.

É o Orçamento de Estado que permite a celebração deste acordo, que já o permitia em dois mil e dezoito, mas estava

dependente da publicação de um regulamento, que não saiu até trinta e um de dezembro findo.

Logo no início de dois mil e dezanove esta lacuna foi suprida. Foi tida em conta a boa prestação da Câmara Municipal, já que a primeira vez que nos chegou o projeto de diploma para apreciação, nós manifestámo-nos contra um conjunto de normas e as nossas reservas foram tidas em consideração.

Neste sentido, é-nos possível fazer um acordo para vinte e cinco anos.

A Câmara Municipal deve cerca de um milhão e oitocentos mil euros. Nos últimos cinco anos também fomos capazes de pagar outro acordo de um milhão e seiscentos mil euros, pelo qual estamos a pagar quinhentos mil euros/ano e que é possível incluir no novo, pagando cerca de cento e vinte mil euros/ano.

Quando o fizermos não podemos ter dívidas à empresa. Não pode deixar de ser pago, porque todo o acordo se vence.

Obriga a uma conta-caução que represente duas tranches dos valores. Não podemos ter faturação vencida, mas desta forma torna-se mais fácil, porque pode resolver problemas de pagamentos em atraso, dívida, tesouraria e fundos disponíveis."

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** perguntou se os consumos mínimos estão abrangidos.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** informou que não, mantendo-se os processos judiciais em curso.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e, com fundamento na mesma, solicitar à Assembleia Municipal:

1º autorização, no uso da competência prevista na alínea f) do nº1 do artigo 25º do referido diploma e ao abrigo do disposto no artigo 49º, nºs 1 e 2 da Lei nº 73/2013, de 3.09 e dos artigos 3º e seguintes do Decreto-Lei nº 5/2019, de 14.01, , para celebrar com a sociedade "Águas do Norte, SA", com sede em Vila Real, um acordo de regularização de dívida, pelo prazo de 25 anos, até ao montante de € 1.741.921,19(um milhão e setecentos e quarenta e um mil e novecentos e vinte e um euros e dezanove cêntimos), a que acresce a importância de € 28 563, 51 (que corresponde a 70% dos juros de mora das faturas) e € 4 533,29 (juros que decorrem desde 01.01.2019 até à celebração do acordo), à taxa de juro , nas datas de pagamento de juros que ocorram no ano 2018, correspondente à rentabilidade média diária, no ano de 2017, das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 (dez) anos, acrescida de 1,5 % (um ponto cinco por cento). Nas datas de pagamentos de juros subsequentes, os Juros Comerciais serão contados diariamente e calculados com base na aplicação de uma taxa de juro, correspondente à rentabilidade média diária, nos 12 (doze) meses anteriores, das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 (dez) anos, acrescida de 1,5 % (um ponto cinco por cento), sendo a referida taxa suscetível de

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019/01/24

revisão nos termos da Cláusula 4.4. da minuta do acordo, e nas demais condições constantes do mesmo;

2º a aprovação da minuta do acordo a celebrar e dos respectivos planos de pagamentos, a vinte e cinco e cinco anos.

Foi ainda deliberado por unanimidade autorizar a constituição de um penhor de primeiro grau sobre o saldo da conta bancária em nome deste Município com o IBAN PT50 0035 0804 00000516330 97, aberta na Agência da Caixa Geral de Depósitos em Tarouca, nos termos dos n.ºs 1 a 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14.01, incluindo os direitos de crédito emergentes, a cada momento, das mesmas, decorrentes de montantes depositados, aplicações financeiras associadas, juros e quaisquer outras quantias nelas creditadas, em qualquer momento e por qualquer razão.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3 - CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS DENOMINADA "ÁGUAS DO DOURO SUL - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS" - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS DENOMINADA "ÁGUAS DO DOURO SUL- ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS"

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Considerando que

- A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, contempla a possibilidade de constituição das associações de municípios de fins específicos;
- A deliberação dessa constituição compete aos órgãos executivos colegiais dos municípios, ficando a eficácia do acordo constitutivo, que define os seus estatutos, dependente da aprovação pelas respectivas Assembleias Municipais;
- As associações de municípios de fins específicos constituem-se por contrato, nos termos previstos na lei civil, sendo outorgantes os presidentes dos órgãos executivos dos municípios envolvidas;
- Os estatutos das associações de municípios de fins específicos devem especificar, entre outros os direitos e obrigações dos municípios associados, as condições da sua saída e exclusão e da admissão de novos municípios, bem como os termos da extinção da mesma e da consequente divisão do seu património;
- Considerando que o Programa do XXI Governo Constitucional, em particular relativamente à integração do ciclo urbano da água e à sua articulação com as estratégias de desenvolvimento e gestão territoriais, bem como a iniciativa

"Compromisso Nacional para a Sustentabilidade dos Serviços Públicos da Água" em linha com o preconizado no "PENSAAR 2020 - Uma nova Estratégia para o Sector de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais", estabelecem a possibilidade de acesso a fundos e incentivos da União Europeia;

- Considerando que o acesso aos fundos e incentivos da União Europeia pressupõe a agregação dos sistemas dos municípios interessados em apresentar candidaturas.

- Considerando a necessidade de resolução eficaz dos problemas de infra-estruturação e gestão dos serviços de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas junto dos utilizadores finais, como as respostas aos desafios das alterações climáticas.

- Considerando que, nos termos do disposto no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos é uma atribuição dos municípios e pode ser por eles prosseguida isoladamente ou através de associações de municípios, mediante sistemas intermunicipais, sendo estas as entidades titulares da gestão dos respetivos sistemas municipais;

- Considerando o resultado favorável dos estudos de viabilidade económico-financeira realizados à agregação de municípios na gestão daqueles serviços numa única entidade;

- Considerando a necessidade de uma maior flexibilidade no ajustamento dos tarifários a praticar junto dos utilizadores finais, tendo em conta a criação de um sistema territorialmente integrado;

- Considerando que a livre escolha da constituição de uma associação municipal de fins específicos em questão pressupõe cumprir a missão e os objetivos que lhes tenham sido determinados, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, de serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados,

Proponho a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12.09, solicitar à Assembleia Municipal a autorização prevista na alínea u) do nº1 do artigo 25º do referido diploma para:

- A constituição da uma associação municipal de fins específicos que tem como fim e objecto exclusivo a exploração e a gestão dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para o consumo público e de drenagem e tratamento de águas residuais, nas áreas dos

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019/01/24

Municípios associados, e integrando como utilizadores originários os referidos Municípios; e

- A aprovação dos estatutos da referida associação, "Águas do Douro Sul - Associação de Municípios", doravante, Águas do Douro Sul ou Associação que durará por tempo indeterminado, de acordo com documento anexo;

- A aprovação da minuta preliminar de contrato interadministrativo de atribuição de titularidade dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para o consumo público e de drenagem e tratamento de águas residuais entre o Município e a Associação.

Mais proponho que esta Câmara Municipal delibere o envio dos estatutos e contrato interadministrativo à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos das alíneas k) e u) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como ato integrativo da eficácia do acordo constitutivo da mesma.

Documentos anexos à presente proposta, para além dos atrás indicados:

- a) Estudo de viabilidade económico e financeiro;
- b) Anexos I (fichas de caracterização);
- c) Anexos II (balanço previsional e outros);
- d) Aviso POSEUR-2017;
- e) Anexos IV (formação do tarifário de Abastecimento de Água e de Saneamento)

Paços do Município, 22 de janeiro de 2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou o seguinte:

"Esta questão surge porque na verdade os Municípios já há algum tempo, três anos, que têm reunido para perceber qual é a melhor solução para o serviço de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais em baixa.

Ponto de situação atual: há dez municípios que concordam em reunir-se na criação desta associação.

Neste momento, têm um défice de cinco milhões e quinhentos mil euros na exploração do serviço, há água não faturada, mais perdas, que representam cerca de sessenta por cento da água entregue pela "Águas do Norte, S.A.".

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** perguntou se os municípios sabem quanto gastam efetivamente.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** respondeu que alguns sabiam e esclareceu ainda o seguinte:

"Esta opção tem várias vantagens.

Não existem fundos comunitários disponíveis para investimento nesta área se não for por agregação de Municípios.

Tarifário desconforme: os nossos tarifários não estão conforme a recomendação da ERSAR, por isso existe défice. Esta é a situação atual.

Tarouca tem neste momento uma tarifa média de 20,60€/10m3. A nossa tarifa de sustentabilidade real é de 37,90m3/10m3. O nosso défice de exploração é de € 440 000,00.

Assim, no início deste ano foi publicado um aviso destinado ao ciclo urbano de água para investimentos, entre os quais perdas e água não faturada. Esta é uma oportunidade para resolvermos os problemas.

Elevação da qualidade do serviço prestado: nós não estamos tão mal quanto isso. A média é de 25€ e Tarouca paga 20€. Temos cinco anos para atingir os 25€, mas há outros municípios que pagam 4€.

O modelo utilizado consiste em começar por criar uma associação de fins específicos. É uma entidade de direito público, aberta à entrada de outros municípios. Só se juntarem cinco Municípios é que conseguem a maioria.

A distribuição do capital é de 40% igual para todos e 70% de acordo com a população.

O Município com mais quota será Lamego. Prevemos uma candidatura de 25 milhões de euros.

Salvaguardas: período de convergência a cinco anos. A subida é igual para todos.

Durante os primeiros cinco anos vai haver prejuízo, e cada Município terá obrigação de entregar 50% do prejuízo (139.000,00). Anualmente, o estudo da viabilidade é reavaliado em abril.

Podem existir sistemas de regas e piscinas dos municípios que não entram.

É difícil dizer que não porque deixamos de ter apoios."

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e com fundamento na mesma, solicitar à Assembleia Municipal a autorização prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09 para:

- A constituição da uma associação municipal de fins específicos que tem como fim e objeto exclusivo a exploração e a gestão dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para o consumo público e de drenagem e tratamento de águas residuais, nas áreas dos Municípios associados, e integrando como utilizadores originários os referidos Municípios; e

- A aprovação dos estatutos da referida associação, "Águas do Douro Sul - Associação de Municípios", doravante, Águas do Douro Sul ou Associação que durará por tempo indeterminado, de acordo com documento anexo;

- A aprovação da minuta preliminar de contrato interadministrativo de atribuição de titularidade dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para o consumo público e de drenagem e tratamento de águas residuais entre o Município e a Associação.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019/01/24

Foi ainda deliberado por unanimidade enviar os respectivos estatutos e contrato interadministrativo à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos das alíneas k) e u) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como ato integrativo da eficácia do acordo constitutivo da mesma.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 28.11.2018 A 22.01.2019

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve na íntegra:

**"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO
INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 28.11.2018 A 22.01.2019**

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 15.12.2017, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018, junto se anexa a respetiva lista, até 31.12.2018, cujos valores são os seguintes:

Período de 28.11.2018 A 22.01.2019		
Ano	Valor do Período	Valor Acumulado desde 2018.01.01
2019	110.976,59€	2.028.844,16€
2020	16.800,00€	533.498,64€
2021	14.000,00€	387.013,60€
2022	0,00€	13.670,13€
2023	0,00€	10.648,41€
2024	0,00€	150.722,15€
Total	141.776,59	3.124.397,09€

No ano 2019, no período de 01.01.2019 a 22.01.2019 não foram assumidos novos compromissos com encargos plurianuais.
Paços do Município, 22.01.2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e remeter a mesma à Assembleia Municipal para conhecimento. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5 - COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - DECLARAÇÃO

Presente a declaração do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve na íntegra:

"DECLARAÇÃO

Para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, 21.02, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17.03, declara-se que todos os compromissos plurianuais existentes a **31 de dezembro de 2018** se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais (aplicação informática do POCAL).

Envie-se à assembleia municipal e à câmara municipal e publicite-se no sítio da Internet do Município, juntando-se depois aos documentos de prestação de contas de 2018. Paços do Município, 16 de janeiro de 2019.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi tomado conhecimento e deliberado por unanimidade enviar a presente declaração à Assembleia Municipal, bem como proceder à respetiva publicitação nos termos legalmente previstos.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6 - RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - DECLARAÇÃO

Presente a declaração do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve na íntegra:

"DECLARAÇÃO

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, 21.02, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17.03, declara-se que todos os recebimentos em atraso existentes a **31 de dezembro de 2018** são os identificados no Anexo à presente declaração, que contém 1 página, perfazendo o montante total de **€ 66.299,75**.

Envie-se à assembleia municipal e à câmara municipal e publicite-se no sítio da Internet do Município, juntando-se também aos documentos de prestação de contas de 2018, dos quais fazem parte integrante.

Paços do Município, 16 de janeiro de 2019.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi tomado conhecimento e deliberado por unanimidade enviar a presente declaração à Assembleia Municipal, bem como proceder à respetiva publicitação nos termos legalmente previstos.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7 - PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - DECLARAÇÃO

Presente a declaração do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve na íntegra:

"DECLARAÇÃO

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019/01/24

Para efeitos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012, 21.02, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17.03, declara-se que todos os pagamentos em atraso existentes a **31 de dezembro de 2018** são os identificados no Anexo à presente declaração, que contém 28 páginas, perfazendo o montante total de € **1.159.296,47**.

Envie-se à assembleia municipal e à câmara municipal e publicite-se no sítio da Internet do Município, juntando-se também aos documentos de prestação de contas de 2018, dos quais fazem parte integrante.

Paços do Município, 16 de janeiro de 2019.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi tomado conhecimento e deliberado por unanimidade enviar a presente declaração à Assembleia Municipal, bem como proceder à respetiva publicitação nos termos legalmente previstos.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 8 - TÂNIA CATARINA CERDEIRA SANTOS, ARRENDATÁRIA DA CAVE DTA. DO BLOCO 9, DO BAIRRO 5 DE OUTUBRO DE TAROUCA - MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NA COMPRA - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve na íntegra:

**"TÂNIA CATARINA CERDEIRA SANTOS, ARRENDATÁRIA DA CAVE DIREITA DO BLOCO 9 DO BAIRRO 5 DE OUTUBRO EM TAROUCA
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NA COMPRA**

PROPOSTA

Em 16.04.2003 foi celebrado contrato de arrendamento entre este Município e Fátima Cristina Figueiredo de Jesus Cerdeira, cujo objeto é a referida cave direita do Bloco 9 do Bairro 5 de Outubro, propriedade da autarquia.

O contrato de arrendamento estava sujeito, no que respeita ao valor da renda, às regras do regime da renda apoiada, fixadas no Decreto-Lei nº 166/93, de 07.05.

De acordo com a informação dos serviços, por morte da arrendatária, o direito de arrendamento transmitiu-se à sua filha mais velha, a Tânia Catarina Cerdeira Santos, que nos manifestou interesse na compra da habitação.

A Assembleia Municipal e a Câmara Municipal aprovaram em tempo (a venda das frações autónomas do Bairro 5 de Outubro, aos respetivos arrendatários.

Assim, proponho a V. Exa. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea g) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12.09, vender a Tânia Catarina Cerdeira Santos a fração autónoma pelo preço de € 14 993,07 (catorze mil e novecentos e noventa e três euros e sete cêntimos), aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de 30.03.2011, o seguinte bem imóvel:

Fração Autônoma D, correspondente à cave direita, destinada a habitação, do Bloco 9 do Bairro 5 de Outubro, sito na freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 12º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o número 455 de 16.05.1990 e ali inscrito a favor deste Município pela inscrição G-1.

A fração autónoma não poderá ser alienada antes de decorridos 5 anos sobre a data da celebração da escritura pública de compra e venda, a qual será outorgada no prazo máximo de 30 dias a contar da data da presente deliberação.

Paços do Município, 17.01.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade vender a Tânia Catarina Cerdeira Santos, pelo preço de € 14 993,07 (catorze mil e novecentos e noventa e três euros e sete cêntimos), aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de 30.03.2011, o seguinte bem imóvel:

- Fração Autônoma D, correspondente à cave direita, destinada a habitação, do Bloco 9 do Bairro 5 de Outubro, sito na freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, prédio urbano constituído em regime de propriedade horizontal, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 12º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o número 455 de 16.05.1990 e ali inscrito a favor deste Município pela inscrição G-1.

A fração autónoma não poderá ser alienada antes de decorridos 5 anos sobre a data da celebração da escritura pública de compra e venda, a qual será outorgada no prazo máximo de 30 dias a contar da data da presente deliberação.

PONTO 9 - CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE TAROUCA E O AGRUPAMENTO 1006 DE TAROUCA DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE TAROUCA E O AGRUPAMENTO 1006 DE TAROUCA DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS

Proposta

Considerando que:

a) o edifício da antiga escola do primeiro ciclo de Valverde, na freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares, deixou de estar afeto àquela finalidade de interesse público após a aprovação da Carta Educativa do concelho de Tarouca e a abertura do Centro Escolar de Tarouca não estando, neste momento, não está a ser utilizado pelo Município;

b) o Agrupamento 1006 de Tarouca do Corpo Nacional de Escutas solicitou ao Município a cedência daquele edifício para desenvolver as suas atividades a nível local;



MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2019/01/24

c) o Corpo Nacional de Escutas é uma associação de juventude, em fins lucrativos, não política e não-governamental, destinada à formação integral de jovens, com base no método criado por Baden Powell e no voluntariado dos seus membros, e que foi reconhecida como Instituição de Utilidade Pública pelo Governo, conforme publicação no Diário da República, 2ª série, nº 177, de 03.08.1983;

d) o Município dispõe de atribuições nos domínios da cultura, tempos livres e desporto (alíneas e) e f) do nº2 do artigo 23º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09),

e) é de relevante interesse municipal dotar as associações com espaços destinados à realização das suas atividades,

proponho a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista nas alíneas g) e u) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12.09, ceder, temporária e gratuitamente, em regime de comodato, ao Agrupamento 1006 de Tarouca do Corpo Nacional de Escutas, para instalação da sua sede e realização das suas atividades, no âmbito do escutismo, a casa de dois pisos, propriedade deste Município, onde funcionou a antiga escola do primeiro ciclo de Valverde, com a área coberta de 331,91 m2e a área descoberta de 2848,09 m2, sita no lugar do Vale - Valverde, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, implantada no prédio urbano inscrito na respetiva matriz sob o artigo 2486º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o nº 2942, ali inscrito a favor do Município sob a Apresentação nº 2, de 2006/09/26, estando registado no inventário municipal sob o nº 11941, com o valor patrimonial de € 72 912,24.

Prazo de vigência do contrato: 20 anos.

Mais proponho a aprovação da minuta do contrato a celebrar, em anexo.

Paços do Município, 17.01.2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e ceder, temporária e gratuitamente, em regime de comodato, ao Agrupamento 1006 de Tarouca do Corpo Nacional de Escutas, para instalação da sua sede e realização das suas atividades, no âmbito do escutismo, a casa de dois pisos, propriedade deste Município, onde funcionou a antiga escola do primeiro ciclo de Valverde, com a área coberta de 331,91 m2e a área descoberta de 2848,09 m2, sita no lugar do Vale - Valverde, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, implantada no prédio urbano inscrito na respetiva matriz sob o artigo 2486º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o nº 2942, ali inscrito a favor do Município sob a Apresentação nº 2, de 2006/09/26,

estando registado no inventário municipal sob o n° 11941, com o valor patrimonial de € 72 912,24.

Prazo de vigência do contrato: 20 anos.

Foi ainda deliberado por unanimidade aprovar a minuta do contrato a celebrar, em anexo.

PONTO 10 - - RECICLAR, NO ÂMBITO DA CAMPANHA "GERAÇÃO DEPOSITRÃO" BENS MÓVEIS POR INCAPACIDADE DO BEM - PROPOSTA

Presente uma informação técnica da Secção Aprovisionamento e Património, datada de dezoito de janeiro corrente, contendo a identificação dos bens móveis (quantidade: dezoito) inscritos no mapa de bens inventariados do Município, a abater, para reciclagem, por motivo de incapacidade do bem, pertencentes à classe 102 - Equipamento de telecomunicações, no valor total de € 0,00 (zero euros).

Verificou-se que a presente informação vem acompanhada do mapa dos bens a abater.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade autorizar o abate do bem constante da presente informação e enviar o mesmo para reciclagem.

PONTO 11 - SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS CONVENCIONAIS POR TECNOLOGIA LED NO ÂMBITO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE TAROUCA - PROJETO E ORÇAMENTO - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS CONVENCIONAIS POR TECNOLOGIA LED NO ÂMBITO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE TAROUCA - PROJETO E ORÇAMENTO PROPOSTA

Considerando que:

- a) Está aberto concurso para apresentação de candidaturas à medida "Eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local - Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e na habitação", no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte;
- b) A taxa de financiamento comunitário é de 95%, havendo lugar ao reembolso do subsídio concedido, até 70% das poupanças energéticas anuais;
- c) É necessário concluir a instalação de luminárias LED no concelho,

Proponho a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea f) do n° 1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, aprovar o projeto da empreitada designada "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no concelho de Tarouca" e o respetivo orçamento, no valor de € 443 785,00, a que acresce o Iva à taxa legal em vigor, a candidatar à medida "Eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local - Apoio à eficiência energética, à



MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2019/01/24

gestão inteligente e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas pública, nomeadamente nos edifícios públicos e na habitação".

Mais proponho, em consequência do exposto, a revogação da deliberação proferida por esta Câmara Municipal, sobre o mesmo assunto, em 18.10.2018.

Paços do Município, 22.01.2019.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Interveio o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo tendo informado que, após apreciação técnica pelas entidades competentes, se concluiu que o modo de execução deste investimento deveria ser a empreitada, o que permitiu aumentar o número de luminárias, dado que o IVA passa a ser de 6%.

Discutido o assunto foi deliberado por unanimidade aprovar o projeto da empreitada designada "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no concelho de Tarouca" e o respetivo orçamento, no valor de € 443 785,00 (quatrocentos e quarenta e três mil e setecentos e oitenta e cinco euros), a que acresce o Iva à taxa legal em vigor, a candidatar à medida "Eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local - Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas pública, nomeadamente nos edifícios públicos e na habitação".

Foi ainda deliberado por unanimidade, com fundamento no exposto na proposta supratranscrita, revogar a deliberação proferida por esta Câmara Municipal, sobre o mesmo assunto, em dezoito de outubro de dois mil e dezoito.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 12 - INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL DE ENGARRAFAMENTO DE ÁGUA MINERAL NATURAL - PROCESSO: 137/18 - REQUERENTE: WR-WATER RESOURCES, LDA - LOCAL: LUGAR DA SAISSA - VÁRZEA DA SERRA - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL

Presente a proposta da **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira**, que a seguir se transcreve:

"PROPOSTA DE DECISÃO

INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL DE ENGARRAFAMENTO DE ÁGUA MINERAL NATURAL

Processo: 137/18

Requerente: WR-WATER RESOURCES, LDA

Local: Lugar da Saissa - VÁRZEA DA SERRA

Presente um requerimento em nome de WR WR-WATER RESOURCES, LDA, com sede na Rua General Humberto Delgado, n° 425, 1° Esquerdo, 3030-327 Coimbra, representada por Cláudio Jorge

Nogueira Santos, na qualidade de procurador, solicitando a emissão de **Certidão de Reconhecimento de Interesse Público Municipal**, para a instalação de uma Unidade Industrial de Engarrafamento de Água Mineral Natural, a que corresponde o processo n° 137/18

Proponho que a Câmara Municipal aprecie e delibere sobre o Reconhecimento de Interesse Público Municipal, nos termos e para efeitos de viabilização da operação pelo Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (Decreto Lei n° 166/2008 de 22 de Agosto, na sua atual redação), para a instalação supra referida em solo da REN, tendo em conta o investimento privado como de interesse para o concelho e como fator de desenvolvimento económico, nos termos dos documentos constantes do processo, garantindo o cumprimento dos regimes aplicáveis ao respetivo projeto, a submeter a decisão da Assembleia Municipal.

Tarouca, 21 de janeiro de 2019

A Vereadora do Pelouro,

a) Susana Cristina Dias Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada: do pedido do requerente; do processo de licenciamento de operações urbanísticas n°137/18, contendo o respetivo projeto; do parecer da CCDR Norte datado de 19.11.2018; da planta de localização da edificação a erigir e dos considerandos que fundamentam o interesse público da ação a executar.

O Senhor Presidente da Câmara disse que este projeto de investimento já foi iniciado há muito tempo, que tem sido apoiado no que é possível, e que está agora a decorrer na Câmara Municipal o processo relativo à obra. Salientou que a realização deste investimento irá contribuir para o desenvolvimento local, criando vários postos de trabalho.

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira disse que este processo se refere à construção do edifício, e que esta proposta apresentada tem a ver com o regime da REN, em que a viabilidade depende do enquadramento/procedimentos previstos pelo referido regime, nomeadamente à necessidade de reconhecimento de interesse municipal, já que no âmbito da consulta efetuada pelo município no respetivo processo de obras não obteve deferimento da CCDRN, dado que a edificação no procedimento de comunicação prévia não reúne as condições necessárias para ser viabilizada no âmbito da alínea b) do ponto I do Anexo II, da Portaria 419/2012..." e não se confirmando pela CCDR que possa esta operação ter enquadramento noutra alínea da referida Portaria, a qual procede à definição das condições e requisitos a que ficam sujeitos os usos e ações referidos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 166/2008.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e solicitar à Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea k) do n°2 do artigo 25º do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, o reconhecimento

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019/01/24

do interesse público municipal na execução da operação urbanística de construção de uma unidade industrial de engarrafamento de água mineral natural, a que se refere o processo nº 137/18, em que é requerente a sociedade "WR-WATER RESOURCES, LDA, que incide sobre o prédio rústico sito no lugar de Saissa, freguesia de Várzea da Serra, concelho de Tarouca, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 1845º e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 18 de 17.01.1990, com a implantação constante da planta em anexo à proposta, nos termos e para efeitos de viabilização pelo Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (Decreto Lei nº 166/2008 de 22 de Agosto, na sua atual redação) da referida instalação em solo da REN, tendo em conta o investimento privado como de interesse para o concelho e como fator de desenvolvimento económico, nos termos dos documentos constantes do processo, garantindo o cumprimento dos regimes aplicáveis ao respetivo projeto. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 13 - 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2019 - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2019**PROPOSTA**

Considerando:

- a) a necessidade, superveniente à aprovação do orçamento para o ano 2019, de criar a rubrica da receita "150101 - Reposições não abatidas nos pagamentos", em virtude de se prever a arrecadação da mesma no corrente ano;
- b) que o projeto de "Substituição de Luminárias Convencionais por Tecnologia Led" será executado por empreitada, após aprovação da respetiva candidatura aos fundos comunitários;
- c) que os estatutos da futura associação "Águas Douro Sul - Associação de Municípios" preveem que a participação dos seus associados será representada por unidades de participação, sendo necessário incluir a respetiva despesa nos documentos previsionais para o corrente ano,

Proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 25º do referido diploma, a seguinte proposta de revisão ao Orçamento e ao Plano de Atividades Municipais para o ano **2019**, cujos mapas se anexam:

* 1ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta reforços no montante de € 234 500, na rubrica 10030307 - Estado-

Participação Comunitária em Projetos Co -Financiados e inscrição da rubrica 150101- Reposições Não Abatidas nos Pagamentos, no montante de € 500,00;

* 1ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta reforços no montante de € 325 000,00 e anulações no montante de € 90 000,00;

* 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, com a inclusão da ação "Substituição de Luminárias Convencionais por Tecnologia Led" associada à rubrica "07010404", no valor de € 275 000; e

*1ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, com a inclusão do projeto "Águas Douro Sul" associado à rubrica "090808", no valor de € 50 000.

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.1 a 8.3.1.4. e 8.3.2.2. do POCAL.

Paços do Município, 22.01.2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 25º do referido diploma, a seguinte proposta de revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano 2019, cujos mapas se anexam:

* 1ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta reforços no montante de € 234 500, na rubrica 10030307 - Estado-Participação Comunitária em Projetos Co -Financiados e inscrição da rubrica 150101- Reposições Não Abatidas nos Pagamentos, no montante de € 500,00;

* 1ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta reforços no montante de € 325 000,00 e anulações no montante de € 90 000,00;

* 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, com a inclusão da ação "Substituição de Luminárias Convencionais por Tecnologia Led" associada à rubrica "07010404", no valor de € 275 000; e

*1ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, com a inclusão do projeto "Águas Douro Sul" associado à rubrica "090808", no valor de € 50 000.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 14 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número doze, de vinte e três de janeiro corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 12.441,06 (doze mil e quatrocentos e quarenta e um euros e seis centimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 238.724,00 (duzentos e trinta e oito mil e setecentos e vinte e quatro euros).

Foi tomado conhecimento.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião pelas onze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Valdemar de Carvalho Pereira*, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.

